

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO ADOTADO AOS PROJETOS DE LEI NºS 1.385, DE 2022, E 1.386, DE 2022

Altera a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, para dispor sobre responsabilidade civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa vigorar acrescida do seguinte artigo 83-A:

“Art. 83-A Aquele que, por ato ilícito causar dano à pessoa com deficiência deverá repará-lo integralmente, observado o regime estabelecido na Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o regime de direitos estabelecido nesta lei.

Parágrafo único. A reparação por lesão ou outra ofensa à saúde abrange todas as despesas necessárias à reparação integral da saúde, incluindo despesas médicas, hospitalares, psicológicas, de habilitação e reabilitação e com tecnologia assistiva, além dos lucros cessantes até o fim da convalescença e de outros prejuízos comprovados, sem prejuízo de pensão em caso de inabilitação para o trabalho.”



Art. 2º A Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 6º-A:

“Art. 6º-A Aquele que, por ato ilícito causar dano à pessoa idosa deverá repará-lo integralmente, observado o regime estabelecido na Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o regime de direitos estabelecido nesta lei.

Parágrafo único. A reparação por lesão ou outra ofensa à saúde abrange todas as despesas necessárias à reparação integral da saúde, incluindo despesas médicas, hospitalares, psicológicas, de habilitação e reabilitação e com tecnologia assistiva, além dos lucros cessantes até o fim da convalescença e de outros prejuízos comprovados, sem prejuízo de pensão em caso de inabilitação para o trabalho”.

Art. 3º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 22 de outubro de 2025.

Deputado ZÉ SILVA
Presidente

